

et @ J
ju

Prestação de Contas 2022

ÍNDICE

I	Relatório de gestão	3
II	Demonstrações financeiras NCRF – SNL	7
	Balanço	8
	Demonstração dos Resultados por Naturezas	9
	Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
	Anexo	11

et

②
8
mm

I Relatório de gestão

Relatório de Gestão e Contas do Exercício relativo ao ano 2022

1. Introdução

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, nos termos dos estatutos da associação **COMPASSIO - Associação para a Construção de Comunidades Compassivas**, contribuinte fiscal 515498440, vêm apresentar o relatório de gestão e contas com as respetivas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2022.

Constituída em 06/06/2019 como Associação de Direito Privado sem fins lucrativos, com sede na Rua Vitorino Nemésio, 48 AP52 – 4050-638 Porto, com início de Atividade a 15/09/2019, e objeto de recolocar a compaixão no centro das relações humanas e promover ações de sensibilização, divulgação e capacitação nesse sentido; desenvolver ações de sensibilização social, junto da população e dos organismos públicos e privados, para a necessidade de viver de forma compassiva; inspirar e realizar atos de compaixão a fim de avaliar o sofrimento humano; promover a inclusão e coesão social de todos os cidadãos, incluindo a criação de redes de apoio concreto a pessoas vulneráveis.

2. Envolvente macroeconómica

A atividade económica registou a partir do segundo trimestre de 2022 uma forte desaceleração, após o período de recuperação da crise pandémica. Esta desaceleração é visível num conjunto alargado de indicadores. A evolução recente da economia portuguesa tem sido condicionada pelos efeitos da agressão militar russa à Ucrânia, em particular o aumento da incerteza geopolítica e a crise energética na Europa, que contribuíram para exacerbar o aumento de custos e preços e para a deterioração da confiança dos agentes económicos. Ainda assim, a evolução recente da atividade foi mais positiva do que o projetado em outubro — a taxa de variação em cadeia do PIB no terceiro trimestre foi superior em 0,3 pp — prolongando as surpresas em alta observadas ao longo do período de recuperação económica posterior ao segundo trimestre de 2020. Num contexto de inflação elevada e estagnação do rendimento

CF
J
M

9. Agradecimentos

Queremos agradecer aos nossos Associados e doadores, que nos distinguiram com o seu apoio e confiança.

Aos colaboradores e voluntários o nosso reconhecimento pela dedicação demonstrada ao longo deste exercício.

Porto, 24 de março de 2023

Caetano Jesus Gonçalves, L.
Contabilidade e Fiscalidade Consultado
NIPC 502214341
Rua Roberto Ivens, 739
4450 - 255 MATOSINHOS

Caetano Jesus Gonçalves

II Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Compassio - Associação Para A Construção de Comunidades Compassivas
Balanço em 31 de Dezembro de 2022

MODELO REDUZIDO

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
ACTIVO			
ACTIVO CORRENTE			
Caixa e depósitos bancários		7 043,74	1 484,84
Investimentos Financeiros		25,72	0,00
		7 069,46	1 484,84
TOTAL DO ACTIVO		7 069,46	1 484,84
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Resultados transitados		1 423,34	303,22
Resultado líquido do período		4 435,45	1 120,12
		5 858,79	1 423,34
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		5 858,79	1 423,34
PASSIVO			
Estado e Outros Entes Públicos		1 129,07	0,00
Outras contas a receber e a pagar		81,60	61,50
		1 210,67	61,50
TOTAL DO PASSIVO		1 210,67	61,50
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		7 069,46	1 484,84

A Direção

Manana Amado Rebelo
Joana Gonçalves

O Contabilista Certificado,
Caetano Jesus Gonçalves, L
Contabilista Fiscalidade Consultado
NIPC 502 214 341
Paulo Gonçalves
Rua do Ivens, 739

Compassio - Associação Para A Construção de Comunidades Compassivas
Demonstração dos Resultados por Naturezas
para o período findo em 31 de Dezembro de 2022

MODELO REDUZIDO

Unidade Monetária: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Quotizações de Associados	3	760,00	330,00
Donativos		3 930,00	695,00
Subsídios		20 869,89	2 000,00
Fornecimentos e serviços externos		-5 540,29	-1 904,88
Gastos com o pessoal		-15 509,15	0,00
Outros gastos e perdas		-75,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 435,45	1 120,12
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 435,45	1 120,12
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		4 435,45	1 120,12
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		4 435,45	1 120,12

A Direção





O Contabilista Certificado,
Cristiano Jesus Gonçalves, Lda
Contabilista Fiscalidade Consultadoria
NIPC 502 214 341
Paulo Gonçalves
Rua Roberto Ivens, 739
3050 MATOSINHOS

Compassio - Associação Para A Construção de Comunidades Compassivas
Demonstração de Fluxos de Caixa
para o período findo em 31 de Dezembro de 2022

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Quotizações, Donativos e Subsídios		25 559,89	3 025,00
Pagamentos a fornecedores		-20 424,95	-1 966,38
Caixa gerada pelas operações		5 134,94	1 058,62
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos / pagamentos		81,60	61,50
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		5 216,54	1 120,12
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		0,00	0,00
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		5 216,54	1 120,12
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 827,20	364,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7 043,74	1 484,84
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		7 043,74	1 484,84

A Direção

Manuela Saraiva

Joana Gonçalves

O Contabilista Certificado,

Castano Jesus Gonçalves, L.
Contabilista Fiscalidade Consultador
NIPC 502 214 341

Paulo Gonçalves, 739

Anexo NCRF-ESNL

1. IDENTIFICAÇÃO

COMPASSIO - Associação para a Construção de Comunidades Compassivas, contribuinte fiscal 515498440, constituída em 06/06/2019 como Associação de Direito Privado sem fins lucrativos, com sede na Rua Vitorino Nemésio, 48 AP52 – 4050-638 Porto, com início de atividade a 15/09/2019, e objeto de recolocar a compaixão no centro das relações humanas e promover ações de sensibilização, divulgação e capacitação nesse sentido; desenvolver ações de sensibilização social, junto da população e dos organismos públicos e privados, para a necessidade de viver de forma compassiva; inspirar e realizar de actos de compaixão a fim de avaliar o sofrimento humano; promover a inclusão e coesão social de todos os cidadãos, incluindo a criação de redes de apoio concreto a pessoas vulneráveis.

As presentes demonstrações financeiras da Entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC - NCRF - ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (MDF-Modelo de demonstrações financeiras);
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Normas interpretativas);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (código de contas).

As demonstrações financeiras foram elaboradas, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime do acréscimo, utilizando os **modelos das demonstrações financeiras para NCRF-ESNL**, previstos nos diplomas acima referidos, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, fluxos de caixa e anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

Desde 01 de janeiro de 2022 a entidade deixa de ter contabilidade organizada e utiliza o Regime de Caixa previsto no NCRF-ESNL, pelo que as demonstrações financeiras passam a ser as previstas nesse regime, deixando de se aplicar também o regime do acréscimo.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICA

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem:

3.1.1 Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

3.1.2 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros decorrentes da atividade normal da Entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contraentes numa base de independência, sendo

Ⓢ ef
R
m

que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

Em 2022 as quotizações dos seus associados, corresponderam 760,00€.

3.1.3 Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas ao ano 2018 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O valor do imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustados de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionados com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária.

3.1.4 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições e eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a

Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável e as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

3.1.5 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informação adicionais sobre condições que existam à data do balanço (acontecimentos que dão lugar a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras da Entidade. Os eventos após a data do balanço (acontecimentos que não são lugar a ajustamentos), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

4. ATIVOS FIXOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

4.1 Divulgações

Os Investimentos Financeiros serão valorizados de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial seguindo o modelo do custo, segundo o qual o investimento

ou interesse é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos activos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada.

5. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

6. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

No exercício findo em 31 de dezembro, a associação não teve dívidas ao estado ou setor público.

7. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Associação encontra-se no regime de isenção transitório pelo que não existe imposto a pagar decorrente deste exercício.

Mais se informa que não existiram atividades sujeitas a imposto (IRC).

0526-A	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	
	DESCRIÇÃO	Valor
1	Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	4 435,45
2	Imposto corrente	0,00
3	Imposto diferido	0,00
4	Imposto sobre o rendimento do período (4=2+3)	0,00
5	Tributações autónomas	0,00
6	Taxa efetiva de imposto s/o rendimento	0,00%

8. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A associação apresenta Conta Bancária, havendo conciliação integral dos movimentos financeiros.

Nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, declara-se que não existem dívidas em mora ao estado ou a quaisquer outros entes públicos.

Nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei 441/91, de 17 de outubro, declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social.

of 8

Porto, 24 de março de 2023

A Direção

Joana Norciarelasho

O Contabilista Certificado,

Paulo Gonçalves
Jesus Gonçalves, L.
Lda de Fiscalidade Consultada
NIPC 502 214 341
Paulo Gonçalves, 739